A FORMAÇÃO DO ESPAÇO CURITIBANO E DE SEUS SERTÕES (SÉCULO XVIII E INÍCIO DO XIX): NOTAS DE PESQUISA¹

Leonardo Brandão Barleta²

A proposta deste projeto de pesquisa é uma reflexão sobre a formação do espaço curitibano e de seus sertões nos séculos XVIII e início do XIX associado a uma dinâmica social que orientou a organização de determinada configuração espacial.

A ideia de espaço é evocada aqui no sentido de *espaço geográfico*³ que é entendido a partir do imbricamento entre a configuração territorial e as relações sociais que os sujeitos estabelecem com ele. Nas palavras de Milton Santos, espaço geográfico é “formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá”.⁴ Isto é, o espaço é a confluência entre materialidade dos objetos e a tessitura social que compõe uma determinada paisagem; “se faz e evolui a partir de conjuntos de relações, mas essas relações se estabelecem em um quadro concreto, aquele da superfície da Terra”.⁵

Ao estabelecer uma dinâmica social, os agentes se apropriam deste espaço-materialidade para traçar suas estratégias sociais e, por consequência, acabam por produzir novos marcos humanos ou alterar/resignificar velhas forma existentes, produzindo outra configuração territorial. Assim, o espaço acumula (desigualmente, afirma Santos) traços das relações sociais que são travadas em determinada duração, i. e., “os tempos”. Ao fim ao cabo, o espaço cristaliza processos históricos, da ação do homem no tempo, em um suporte territorial, uma paisagem. Do ponto de vista metodológico, a compreensão de certa “situacionalidade espacial” induz a reflexão dos processos que o conformaram como tal, que, neste estudo, se traduz na problemática da formação do espaço curitibano e de seus sertões.

A apreensão desta problemática foi desde muito cedo discutida pelos historiadores. Fora preocupação do naturalista bávaro Von Martius em seu texto “inaugural” da historiografia brasileira e é retomado sistematicamente por diversos

¹ Comunicação de pesquisa apresentada no seminário da linha de pesquisa Espaço e Sociabilidades do Programa de Pós-graduação em História (PGHIS) da Universidade Federal do Paraná, em 25 de agosto de 2011.

² Mestrando em História do PGHIS, sob orientação da Prof^a Dr^a Maria Luiza Andreazza e co-orientação da Prof^a Dr^a Martha Daisson Hameister; bolsista do programa REUNI.

³ Cf. SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2002; LEFEBVRE, Henri. *The production of the space*. Oxford: Blackwell, 1992.

⁴ SANTOS, *op. cit.*, p. 63.

⁵ DOLLFUS, O. *L'espace géo graphique*. Paris: Presses Universitaires de Paris, 1970, p.6.

historiadores. Entre eles, João Ribeiro se apropria de suas ideias para formular um modelo de ocupação territorial baseado na dispersão de células fundamentais de povoamento. Via de regra, estabeleceram-se núcleos iniciais de povoamento que, por estímulos diversos, irradiam população para novas áreas. No início, estes novos núcleos permanecem dependentes de seus originários até o momento que se autonomizam e passar a exercer o papel de *célula fundamental*.

Este mecanismo de povoamento foi recuperado por Brasil Pinheiro Machado para explicar a formação do Paraná tradicional – a região campeira de Curitiba e sertão a fora. Segundo o autor, é partir da elevação de Curitiba a vila (1693) e abertura do caminho do Viamão (1731) que ela se torna articulada da região de Serra acima, dedicada a criação e invernagem de gado e plantação de subsistência. De início, a região fora povoado por vicentinos, paulistas e pernanguaras, empreendidos na preagem de indígenas e exploração aurífera. Com o desenvolvimento das atividades pecuaristas, a ocupação consolidou-se e região desenvolveu-se ao longo do Setecentos.

Este século foi, contudo, conturbado devido às animosidades entre a coroa portuguesa e a espanhola. Os sucessivos tratados de limites e os confrontos bélicos colocaram na ordem do dia a sustentação dos domínios territoriais na América. A restauração da capitania de São Paulo⁶ em 1765, que estava sob autoridade do Rio de Janeiro desde 1748, é acompanhada pela preocupação de manter os domínios lusitanos, tem como principal teor uma política de povoamento da região. Tal movimento se insere no conjunto das políticas pombalinas nos domínios coloniais, levadas a cabo pelo governador D. Luis Antonio de Souza. Enquanto princípio geral, população e território passam a significar bens do Estado que orientarão atos administrativos que visam fixar contingentes populacionais nas áreas fronteiriças, reordenamento a configuração espacial da capitania paulista.

Tal processo não se realizou apenas como política administrativa pombalina, mas sua efetivação articulou instâncias “médias” – como o governo de Morgado de Matus – e os grupos locais aos interesses geopolíticos mais gerais. Este ponto de encontro fica claro nas expedições militares para exploração, conquista e posse de territórios no sentido oeste, ocupados pelos povos indígenas. Em especial, os campos de Guarapuava, Tibagi e Palmas receberão expedições entre 1768-1774 e 1809-1812. Estes empreendimentos mobilizam a sociedade campeira da região de Curitiba e dos Campos

⁶ A capitania paulista se estendia da Serra da Mantiqueira ao norte até a região de Lages, no atual estado de Santa Catarina, incluindo aí Curitiba e as regiões adjacentes dos Campos Gerais.

Gerais em sua expansão, como no modelo de João Ribeiro, inserindo novos espaços sob o domínio do império português.

Diante da construção de um quadro amplo do processo de formação deste espaço, ancorada em autores clássicos da historiografia brasileira, o presente projeto de pesquisa busca qualificar este quadro a partir da ação dos agentes neste processo: como eles se organizavam na formação de uma sociedade campeira, como os relacionamentos entre eles se orientavam espacialmente, como se articulavam com os rumos mais gerais das políticas imperiais que, por fim, conformaram uma determinada configuração territorial.

Para tanto, o primeiro procedimento, já em andamento, é a “reconstituição” do espaço paranaense no ano de 1836 a partir do conjunto de listas nominativas de habitantes das vilas de Curitiba, de Castro e do Príncipe (Lapa). A partir da exploração de dados obtidos nesta documentação, trabalhados com tecnologias de georreferenciamento que organizam a informação a partir de seu caráter espacial, objetiva-se recuperar elementos da configuração espacial naquele momento. Segundo a proposição de Santos, do “espaço como a acumulação desigual de tempos”, essa reconstrução passa a ser entendida como a cristalização de processos que, em 1836, adquiriram expressão espacial específica. Comparado com outros recortes transversais, de 1798 e 1765, postados como “pontos de controle”, estabelece-se o movimento de transformação deste espaço.

Esta abordagem coloca o espaço como resultado, consequência e, portanto, evidência das interações entre os indivíduos daquela sociedade. A análise destes “retratos” buscará problematizar alguns pontos específicos dos processos de formação deste espaço, que passa a ser entendido como meio e, ao mesmo tempo, objeto relações sociais que se estabelecem. Num esforço “qualitativo”, a pesquisa se ramifica em vários empreendimentos a grupos documentais distintos, com problematizações específicas, que nos ajudam a complexificar os modelos generalizantes.

Serão trabalhados os registros paroquiais disponíveis para a região, com vistas a observar a naturalidade e a origem daquelas pessoas: de onde elas vêm, onde se fixam e com quem elas se relacionam; e, então, como elas mobilizam estas categoriais (como de reinol, por exemplo) na formulação de suas estratégias sociais. Neste momento, serão aplicados, além de uma análise estatística, procedimentos de análise de redes, tentando observar se elas distribuem espacialmente.

A documentação oriunda dos dois conjuntos de expedições militares também será explorada, pois nelas se alinham interesses mais amplos da política pombalina, da administração. Para tanto, serão trabalhados com os registros “contábeis” destas expedições, coligidos nos *Boletins do Arquivo Municipal de Curitiba* (vols. 3 a 5), que trazem informações relativas aos gastos envolvidos neste empreendimento, as matrículas dos soldados, as formas de sustentação (mantimentos, armas, dentre outros) que nos permitem observar como esta sociedade se mobilizou em torno destas questões.

Há também um interesse na avaliação da questão fundiária e da posse e distribuição de terras a serem investigados com a partir da documentação relativa às sesmarias (pedidos e confirmações de datas) e dos autos de compra e venda existentes no tabelionato Giovanetti.

Com estas investigações mais pontuais, visa-se levantar novas questões que os processos mais amplos, como o de João Ribeiro, não puderam observar, mas que, contudo, não tendem a ser invalidados por esta abordagem em escala de análise reduzida. A finalização do projeto se a partir de um exercício de síntese entre estes modelos, o espaço conformado e as questões levantadas na investigação empírica.